

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E A SUA INFLUÊNCIA NA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DE RIACHO DA CRUZ/RN

John Lennon da Costa
Graduado em Geografia pela UERN
johnlennon93@hotmail.com

Larissa da Silva Ferreira Alves
Profa. Dra. do Curso de Geografia da UERN
larissa0185@gmail.com

Resumo

Embora seja um município jovem de emancipação política, Riacho da Cruz vem dando seus primeiros passos para o desenvolvimento econômico, político e social, e demonstrando expansão de sua malha urbana, fato percebido principalmente por alterações em sua configuração territorial, que nos últimos anos tem se dado de forma mais intensa. Aqui estudamos essa configuração a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), uma política de habitação que vem sendo adotada por todos os municípios brasileiros desde 2009, tendo por finalidade o combate à falta de moradia. Utilizamos-nos de autores como Santos (2006; 1985) e Saquet (2007) para compreender os conceitos de configuração territorial, e Correia (2004) para compreender a casa e sua simbologia perante a sociedade. Realizaram-se, ainda, pesquisas de campo a órgãos diretamente relacionados ao PMCMV, como a Caixa Econômica Federal (CEF) e a prefeitura municipal no sentido de compreender o processo de expansão no município. Verificou-se que as novas unidades habitacionais construídas pelo PMCMV por iniciativa individual estão localizadas em áreas privilegiadas e próximas aos serviços públicos mais importantes, diferentemente das habitações populares providas pelo MCMV/PAC2, localizadas na periferia da cidade, no Bairro Acampamento II, onde outrora já foram construídas habitações por meio do mesmo programa, o que demonstra certa estratificação e segregação socioespacial. Realizadas por perspectivas diferenciadas, a social e a econômica, respectivamente, percebemos que as políticas habitacionais exercem forte influência na configuração do território desse e de outros municípios.

Palavras-chave: Configuração Territorial; Políticas de Habitação; Programa Minha Casa Minha Vida; Riacho da Cruz/RN.

“MINHA CASA MINHA VIDA” PROGRAM AND ITS INFLUENCE ON THE TERRITORIAL CONFIGURATION IN RIACHO DA CRUZ, RIO GRANDE DO NORTE STATE

Abstract

Thought be a young county of political emancipation, Riacho da Cruz has giving its first steps to the economic development, political and social, and showing expansion of your urban area, indeed mainly perceived for changes in your territorial configuration, that on the last years has given way more intense. Here we study this configuration starting of “Minha Casa Minha Vida” (MCMV) Program, a policy of habitation that has been adopted for all the brazilian counties since 2009, having by purpose the combat to homelessness. We used in of authors like Santos (2006; 1985) and Saquet (2007) to comprehend concept of territorial configuration, and Correia (2004), to comprehend the house and your symbology towards the society. Was held, still, search of field in agencies directly related to MCMV, like the Caixa Econômica Federal (CEF) and the municipality on the sense of comprehend the process of expansion on county. It was found that the new housing units constructed for MCMV for individual

starting they are located in privileged areas and next of the public service more important, differently of the popular habitations provided by MCMV/PAC2, located on the periphery of city, on Bairro Acampamento II, where once already was constructed habitations by the same program, showing a certain stratification and segregation sociospatial. Performed by different perspectives, the social and the economic, we realize that the housing policies exercise strong influence on the configuration of territory of this and of others counties.

Keywords: Territorial configuration. Policies of habitation. “Minha Casa Minha Vida” (MCMV) Program. Riacho da Cruz/RN

1 Introdução

O município de Riacho da Cruz (**figura 01**) situa-se na mesorregião Oeste Potiguar do estado do Rio Grande do Norte, limitando-se com os municípios de Itauí, Taboleiro Grande, Viçosa, Portalegre, Umarizal e Apodi. Abrange uma área de 127, 223 km², distando da capital Natal cerca de 378 km. Possuía uma população de 3.165 habitantes em 2010, estimada em 3.442 em 2014, e densidade demográfica de 24,88 hab./km². Sua população residente rural correspondia a 491 pessoas e a urbana de 2.674 (IBGE, 2010), o que torna a zona urbana como principal área das relações sociais e econômicas estabelecidas no município.

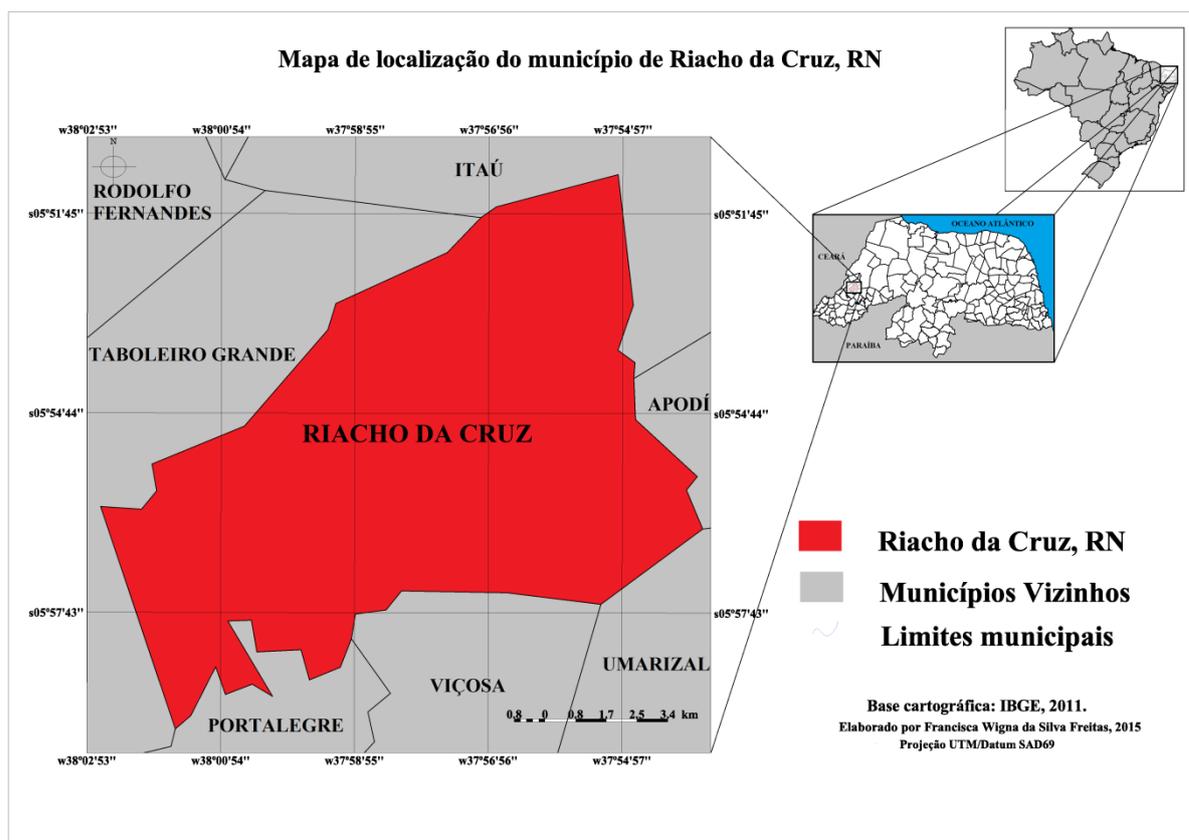


Figura 01: Mapa de localização de Riacho da Cruz

Atualmente, percebe-se que o município vem passando por um crescimento moderado e expandindo sua malha urbana, este último processo resultado do crescimento da cidade e do surgimento de novas construções: praças, prédios públicos, unidades habitacionais, entre outras.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), enquanto atual política pública de habitação do governo federal, vem contribuindo de forma notória para as novas formas de configuração e de apropriação do território. É um programa realizado em parceria com os estados e municípios, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal. O objetivo do Programa é a produção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem arrendamento prévio às famílias que possuem renda familiar mensal de até R\$1.600, de R\$ 1.601 a R\$ 3.275; e de R\$ 3.276 a R\$ 5.000. Foi lançado em março de 2009 com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de um milhão de novas unidades habitacionais (CEF, 2014.).

Buscaremos, aqui, analisar a atual configuração territorial através do entendimento do surgimento de novos objetos (artificiais) em detrimento de outros (naturais) por meio da atuação desse programa. Ou seja, visamos estudar o PMCMV enquanto uma política pública de habitação responsável por dar uma nova configuração territorial do município de Riacho da Cruz/RN.

Para tanto, a segunda seção desse estudo faz um levantamento bibliográfico com base em artigos científicos, capítulo de livros e fontes da internet que auxiliaram na produção e escrita do artigo, fornecendo dados, conceitos e teorias. Entre eles estão Santos (2006), que discorre um pouco sobre o conceito de Configuração Territorial e a relação entre os objetos responsáveis por ela, sejam eles de ordem natural ou artificial. Também nos utilizamos dos inscritos de Bonduki (2009), Carvalho (2010), Correia (2004), Saquet (2007), Villaça (1998), entre outros. Já a terceira seção identifica e aborda sobre as políticas públicas habitacionais adotadas por Riacho da Cruz nos últimos anos, em específico a atuação do PMCMV, trazendo dados e informações referentes a esse programa no município. Para a escrita desse capítulo, foi necessária a visita a campo in lócus para coletar dados quantitativos e qualitativos, fotografar a área destinada onde estão sendo construídas as casas pelo PMCMV e entrevistar alguns dos beneficiados pelo programa; assim como também a coleta de informações, dados e registros tanto na Caixa Econômica Federal como junto à Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz. A quarta e última sessão, tece algumas reflexões sobre a influência do PMCMV na Configuração Territorial de Riacho da Cruz, principalmente por meio da implantação de novos elementos artificiais e da segregação socioespacial na paisagem, verificadas principalmente nas áreas de expansão da malha urbana.

2 Espaço e Geografia: percepções e compreensões da categoria de análise

A atual existência humana, como consequência das diferentes civilizações até então existentes, só foi e é possível pela apropriação do meio com seus recursos naturais para transformação em alimentos, abrigos, vias para os meios de transporte de pessoas, mercadorias etc. Sem dúvida, essas formas de apropriação e domínio de recursos se fazem mais intensamente hoje do que foi há alguns anos e, futuramente, elas serão mais intensas do que são atualmente. Um reflexo disso é o grande crescimento das cidades, expresso tanto nas expansões horizontais, observadas principalmente nas pequenas cidades, quanto nas expansões verticais, mais notórias nas médias e grandes cidades.

Esse adensamento de objetos artificiais (objetos não dispostos originalmente na natureza, mas criados pela necessidade humana) implantados para tornar a vida em sociedade mais “confortável” para todos, acaba que por esgotar e substituir os espaços antes ocupados por uma “natureza” que ainda tenta sobreviver em meio a imponente “selva de pedra”. As árvores e a terra são substituídas por postes, casas, prédios, ruas pavimentadas; os animais, que já não têm o direito de seu próprio habitat, são expulsos de seu ambiente natural e dominados pelos homens; a vida humana é cada vez mais adensada por artefatos, aparelhos eletrônicos e de

avançada tecnologia; os rios são transformados em esgotos e os ruídos mais ouvidos são os gerados pelos motores dos automóveis e motocicletas, e das máquinas trabalhando nas novas construções.

Assim é o atual espaço habitado, espaço das relações humanas e de suas (re)produções, dos conflitos, da política, da economia, da subjetividade e de toda complexidade de fenômenos. Espaço resultado de inúmeras transformações que ocorreram ao longo do tempo, das mais simples, presentes ainda em alguns espaços agrários, às mais complexas, que deram origem as grandes cidades. O espaço é, portanto, composto de quadros dinâmicos e mutáveis.

Com base em nossas leituras em Santos (2006), o espaço resulta da técnica utilizada ao longo do tempo, que lhe atribui características peculiares ao seu período de vigência. Ele é “definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (p. 12), em outras palavras de fixos e fluxos. Os primeiros permitem as formas de ações responsáveis pela modificação/transformação do espaço, ao mesmo tempo em que são resultados delas, enquanto os segundos são as próprias ações condicionadas direta ou indiretamente pelos fixos, que podem, ou não, dar um novo significado aos sistemas de objetos à medida que também se modificam.

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. (SANTOS, 2006, p.12-13).

O espaço é constituído por uma série de elementos que, em seu conjunto, possibilitam a sua existência. Segundo Santos (1985, p.06) os elementos do espaço correspondem aos homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas. Esses elementos, contudo, não devem ser compreendidos individualmente, mas devem ser considerados em suas inter-relações, pois juntos formam um sistema, como o autor cita:

Os diversos elementos do espaço estão em relação uns com os outros: homens e firmas, homens e instituições, firmas e instituições, homens e infraestruturas, etc. Mas, como já observamos, não são relações apenas bilaterais, uma a uma, mas relações generalizadas. Por isso, e também fato de que essas relações não são entre as coisas em si ou por si próprias, mas entre suas qualidades e atributos, se pode dizer que eles formam um Verdadeiro Sistema. (SANTOS, 1985, p. 14.)

O espaço visto por esse ângulo é um sistema, e como tal resulta do funcionamento de suas partes e da relação que essas últimas estabelecem umas com as outras. Qualquer alteração ou impacto em um desses elementos também afetará os outros elementos e, conseqüentemente, afetará o sistema todo, afetando o espaço.

Desde o princípio, embora que de formas variadas ao longo do tempo, o homem para sobreviver necessitou saciar suas necessidades básicas (alimentação, moradia, segurança, saúde, deslocamento, entre outras). Foi então a partir dessas necessidades que o homem, por meio da descoberta e utilização de técnicas, passou a produzir e a modificar seu espaço, técnicas essas entendidas como “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1985, p.16.).

Na compreensão de Santos (1985, p.08) a natureza, trabalhada por ele como “meio ecológico”, já é um “meio modificado e cada vez mais é meio técnico”:

[...] o que em realidade se dá é um acréscimo ao meio de novas obras dos homens, a criação de um novo meio a partir daquele que já existia: o que se costuma chamar de ‘natureza primeira’ para contrapor à ‘natureza segunda’ já é natureza segunda. A natureza primeira, como sinônimo de ‘natureza natural’, só existiu até o momento imediatamente anterior àquele em que o homem se transformou em homem social, através da produção social. (SANTOS, 1985, p.8).

O resultado dessa ação do homem sobre o espaço por ele mesmo produzido são as formas que se mostram na paisagem e que configuram o território, formas estas expressas na alteração do meio, na implantação de bens artificiais e consequente remoção e/ou readequação dos bens naturais; uma vez que a humanidade tem como ponto de partida a posse de seu território e sua adequação conforme suas necessidades.

Como já afirmado anteriormente, são muitas as categorias de análise do espaço. Aqui, porém, tomaremos como referência a Configuração Territorial para entendermos essas formas de relação do homem com o espaço geográfico.

2.1 O desdobramento do espaço geográfico através do conceito de configuração territorial e a cidade

Para entendermos o conceito de Configuração Territorial partimos dos inscritos de Santos (2006), “A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção”, onde, segundo ele,

a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais [...] A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais (SANTOS, 2006. p.38-39).

Ao estudarmos um pouco sobre esse conceito trabalhado por Santos, podemos perceber que ele evoluiu ao longo da história. No começo da história do homem, a configuração territorial é dada apenas como o “conjunto dos complexos naturais”. Ao transcorrer a história, a configuração territorial assume-se “pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades” entre outros. Desse modo, “a configuração territorial é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada” (SANTOS, 2006. p.39).

A natureza está sempre sendo alterada por meio da ação humana. O homem, enquanto ser social que estabelece relações entre si, transforma o espaço em partes ou completamente, adequando-o conforme suas necessidades. Retira o que já está disposto naturalmente e instala suas construções, artificiais, que destoam daquilo que se havia anteriormente. Santos (2006, p.9) ressalta que,

no começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Sendo assim, a Configuração Territorial corresponde ao conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. E o território assume suas formas conforme as relações de apropriação do meio estão acontecendo, já que ele “pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2010, p.166).

O território, segundo Saquet (2007, p.51), que se aporta de várias leituras referentes a esse conceito, inclusive o de Configuração Territorial de Milton Santos, “é entendido para além de área superfície e palco de ações: significa um lugar de relações, internas e externas (em pequenas e grandes escalas), como espaço aberto em constante transformação” O território, desse modo, está sujeito às diferentes formas de apropriação pelo homem.

Os elementos naturais, alterados pelo homem, e artificiais, criados pelo homem a partir dos elementos naturais, se mesclam e dão forma ao espaço. Conforme Dematteis (1975) *apud* Saquet (2007, p.58), “as relações entre o sistema social e seu suporte material, ou seja, a natureza modificada pelo homem, correspondem à organização territorial”

A partir das nossas reflexões sobre o espaço enquanto um conjunto formado pelos sistemas de objetos e de ações, abordado por Santos (2006), podemos considerar a cidade resultado da aglomeração e evolução de técnicas que a humanidade desenvolveu ao longo de sua história. É, pois, produto das várias gerações que se passaram e se manifesta concretamente na paisagem dispondo de uma dinamicidade própria.

Gonçalves (2007) em sua obra “Cidade e poética”, ao realizar sua pesquisa com os moradores do bairro Renascer/Mina Quatro, em Criciúma/SC, nos possibilita uma visão “romântica” da cidade, a partir dos depoimentos dos moradores e de seus estudos pautados na subjetividade, no simbolismo, na sensibilidade e na poética ambiental. Segundo ela, estudar as alterações que ocorrem nos ecossistemas naturais implica, portanto, conhecer a organização material e simbólica das sociedades e o modo com que elas se apropriam dos ambientes naturais e com eles interagem. (GONÇALVES, 2007, p.21).

A cidade é constituída por um “corpo” natural-artificial e pelo dinamismo resultado das mais diversas formas de relações sociais. Ela

[...] é um lugar de fruição poética, onde se desenvolve a vida social apropriada e produzida: a cidade, lugar dos rituais, das cerimônias das praças, dos monumentos, das igrejas e dos cemitérios. A cidade antiga, a moderna, as grandes metrópoles. As cidades dos países pobres do terceiro mundo, com suas feiras, cheirando a frituras e com seus camelôs, a mistura de vozes, ruídos, transeuntes, mendigos, artistas, carros, trens, carroças [...] (GONÇALVES, 2007, p.56).

É pensando a cidade a partir dessa perspectiva de dinâmica, incorporado às características humanas, ao uso e ocupação do espaço, que o território é moldado em um processo contínuo de transformações e configurações.

No que se refere ao processo de expansão urbana, fica evidente que este se deu de forma mais intensa a partir da Revolução Industrial e do conseqüente processo de industrialização de muitos países, mesmo os subdesenvolvidos. Estes, entretanto, tiveram uma expansão urbana feita sem o devido acompanhamento de uma gestão urbana eficiente.

Morar na cidade torna-se cada vez mais caro, uma vez que os preços dos terrenos urbanos estão mais altos e tornam-se inacessíveis para a população de renda inferior, que acaba por adotar o aluguel como forma de moradia insegura. Isso ocorre em especial nas médias e grandes cidades, porém não impede de ocorrer nas pequenas cidades, uma vez que o sistema financeiro especulativo impera em qualquer lugar.

Além disso, a cidade necessita de um conjunto de elementos que juntos formam sua infraestrutura: sistemas de energia, água e esgotos, ruas pavimentadas, entre outras, que possibilitam o bem-estar social bem como o deslocamento de pessoas e mercadorias, assim bem ditas por Santos como os objetos artificiais. Segundo Villaça (1998, p.20) o espaço intra-urbano

[...] é estruturado fundamentalmente pelas condições de deslocamento do ser humano, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho – como no deslocamento casa/trabalho -, seja enquanto consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. (p.20).

Outra questão que se impõe ao se tratar o urbano, diz respeito à segregação espacial percebida nas áreas de ocupação pela classe média e baixa expressos nos bairros centrais e bairros periféricos, respectivamente. Ela “surge como o elemento interno mais poderoso no jogo de forças que determina a estruturação do espaço intra-urbano de nossas metrópoles” (VILLAÇA, 1998, p.13-14).

Assim, a cidade pode ser vista como um organismo vivo (BARROS, 2011, p.27), onde todas as partes mantêm suas formas de relações, embora muitas delas sejam de conflitos, exclusão e domínio. Contudo, ela necessita de planejamento e de políticas que se voltem para o bem-estar social de todos, o direito da propriedade e o combate as formas de exclusão social. Como será discutido a seguir, o direito à propriedade, em especial o direito à moradia, quando não cumprido corresponde a uma das piores formas de exclusão social e de desrespeito para com o cidadão.

2.2 Moradia: significados e políticas habitacionais no contexto das cidades

A casa corresponde em pequena escala, porém de forma mais íntima e direta, a um “elemento da organização social, que ao longo do tempo incorpora significados diversos”. O seu significado, mesmo desde os primeiros abrigos ainda rudimentares “constitui-se em teto, alojamento e refúgio, lugar de proteção, defesa e autonomia de seus ocupantes contra as intempéries e ameaças externas” (CORREIA, 2004, p.47).

Correia (2004, p.47-77) discute os significados que a moradia obteve desde os primórdios de sua forma mais rústica até os dias atuais, influenciada pelas mais variadas estéticas e, responsável por diferentes formas de consumo e necessidade humanas; embora que, ultimamente, venha sendo muito influenciada pelo sistema econômico capitalista e a indústria. Segundo a autora, surgem as noções de moradia como: “Espaço Sanitário”; “Santuário Doméstico”; “Habitat Moderno”; “Propriedade”; “Estojo do Homem Privado”; “Máquina de Morar” e “Lugar de Consumo”.

Conforme ainda ressalta, a propriedade da casa revela-se “um símbolo de poder e status”, que “restringiu-se sobretudo às classes mais favorecidas até a segunda metade do século XIX, quando foi desencadeada uma grande campanha no sentido de estendê-lo à moradia do trabalhador” (CORREIA, 2004, p.59). Desse modo, não possuir uma casa pode ser um fator de exclusão social, que impede ao indivíduo o direito de propriedade e (re)produção social, pois segundo Correia (2004, p.77),

no limite de ter ou não uma casa e um endereço pode depender as possibilidades de obter emprego e crédito [...] Se o acesso a uma casa não elimina a exploração do trabalho – como há muito apontou Engels -, a privação da moradia não apenas evidencia um grau extremo de exclusão, como constitui-se em empecilho adicional à plena inserção na sociedade.

No que tange às questões habitacionais, percebe-se que existe um grande contingente populacional excluído do direito constitucional de moradia e de propriedade, ênfase esta percebida nos indivíduos de baixa ou nenhuma renda, que tomam por solução a construção de barracos ou casebres sem nenhum tipo de conforto, salubridade e acesso aos sistemas de saneamento básico e energia ou a adoção do aluguel de imóveis de mesmas condições ou piores.

Por isso, se faz necessária à adoção de uma política habitacional eficiente que garanta o direito da propriedade de uma moradia digna e que possibilite a inclusão da população mais carente, que é a mais afetada e que consta em maiores números no déficit habitacional¹. Contudo, como percebe Carvalho (2010, p.138), “analisar políticas públicas específicas, como a habitacional, deve considerar interesses e influências que atuam ao longo de todo seu processo, desde o momento em que uma questão pública ingressa na agenda governamental até a conclusão das intervenções”.

No período correspondente ao Regime Militar (1964-1985), por exemplo, a questão habitacional é tomada como forma de controlar as pressões das “massas urbanas órfãs”, sendo “compatível com o projeto de reduzir riscos de arruaças ou de desmobilização social, diante dos compromissos a serem assumidos pelos futuros mutuários com financiamentos de longo prazo” (CARVALHO, 2010, p.139). Contudo, ao se adotar o Banco Nacional de Habitação (BNH) como liderança da política habitacional, que passou a considerar mais os efeitos econômicos que os sociais, reduziram-se os financiamentos nas habitações de baixo custo, voltando-os especialmente para os grupos de renda mais alta. Em 1986, o BNH é extinto por incorporação à Caixa Econômica Federal.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), desenvolveram-se “esforços de estruturação de uma política bastante abrangente [...] tendo sido criados os programas Pró-Moradia, Habitar Brasil, Carta de Crédito Individual e Associativo, e Apoio à Produção” (CARVALHO, 2010, p.142). Já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), foi aprovada a Política Nacional de Habitação, em 2004, integrada à política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que tinha entre seus propósitos, conforme aponta Carvalho (2010, p.146),

garantir linhas de financiamento e subsídio, no âmbito do fundo nacional de habitação de interesse social; apoiar e incentivar estados, Distrito Federal e municípios na elaboração de programas, planos e desenho das intervenções em assentamentos precários; promover e apoiar ações de desenvolvimento institucional; e estabelecer critérios e parâmetros técnicos de orientação para as intervenções urbanas.

Em 2005, pela Lei Federal nº 11.124, é criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, e em 2009, pela Lei 11.977, o governo federal lança o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

O PMCMV é um programa realizado em parceria com os estados e municípios, gerido pelo Ministério das Cidades e operacionalizado pela CAIXA. O objetivo do programa é a produção de unidades habitacionais que, depois de concluídas, são vendidas sem arrendamento

¹ Segundo a Fundação João Pinheiro (2005, p.07), o conceito de déficit habitacional “está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais”.

prévio às famílias que possuem renda familiar mensal de até R\$1.600,00, de R\$ 1.601 a R\$ 3.275; e de R\$ 3.276 a R\$ 5.000 (CEF, 2014).

Contudo, como ressalta Nabil Bonduki (2009, p.13), em análise comparativa referente ao Projeto Moradia e ao PMCMV, ao verificar o Plano Nacional de Habitação este “previu um leque de alternativas habitacionais a custos unitários mais reduzidos [...] com potencial de atender um número maior de famílias”; enquanto que o PMCMV “fixou-se exclusivamente na produção de unidades prontas” e segundo a lógica do setor da construção civil. Isso demonstra que o PlanHab seria mais viável e beneficiaria a população de baixa renda que, além de não dispor de capital para construir por conta própria uma casa digna e que corresponda aos desejos familiares e de propriedade, compreende a maior parcela da população inserida no déficit habitacional.

O PMCMV, aqui visto como uma política habitacional que atualmente é uma das medidas adotadas para sanar a falta de moradia, está presente em praticamente todos os municípios brasileiros, inclusive nos pequenos municípios, como podemos perceber em Riacho da Cruz, foco de nossa análise. A seguir discutiremos como o PMCMV se insere como política habitacional nesse município.

3 Políticas Públicas de Habitação e o Minha Casa Minha Vida em Riacho da Cruz-RN

Riacho da Cruz adota quase que inteiramente políticas habitacionais tanto de âmbito nacional, quanto estadual e municipal, o que demonstra uma preocupação da administração local para com os indivíduos que estão constituindo suas famílias e não dispõem de casa própria nem de condições financeiras para financiá-la por iniciativa individual.

A Política Municipal de Habitação do município é regida pelo Programa Municipal de Cadastramento Habitacional, onde são periodicamente realizadas inscrições com os possíveis beneficiários dos programas Habitação, Melhoria Habitacional e Melhoria Sanitária. Esta última realizada em 2013, sendo de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, onde se encontram arquivadas as fichas com os nomes dos beneficiados.

Em entrevista realizada junto à Secretaria de Assistência Social foram identificados os três últimos períodos de provisão de unidades habitacionais, todos sendo pelo PMCMV. Em 2009, foram beneficiadas 26 famílias através da Prefeitura Municipal, do Banco Paulista e da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS); em 2011, foram beneficiadas 30 famílias, também sob subsídios da Prefeitura Municipal, do Banco Paulista e da SETHAS e em 2012, ainda em fase de construção, foram beneficiadas 40 famílias através da Prefeitura, da Companhia Hipotecária Brasileira (CHB) e da SETHAS.

Além dos programas de habitação popular, que têm como objetivo a doação de casas para as famílias que não possuem residência própria, ou para os que estão constituindo família e que têm em seus planos a posse de uma, embora que em processo recente e a passos lentos, nota-se a iniciativa de alguns habitantes em financiar sua casa por meio do PMCMV.

Em Riacho da Cruz contamos com a atuação do PMCMV realizado sob financiamento individual, através do qual o indivíduo, por iniciativa própria e apoio da CAIXA e da União, opta por financiar sua casa. Já foram concluídas quatro residências (dessas, três já foram entregues aos moradores); seis residências estão em processo de construção (dessas, duas estão com obras em andamento e quatro estão para serem iniciadas), todas com área em torno de 70 m² (**figura 02**). Embora que em números ainda reduzidos, as construções de novas unidades habitacionais por meio da CAIXA vêm sendo adotadas recentemente, mas já assume perspectivas futuras de aumentar de número, uma vez que já se é notório o loteamento de novas áreas. Esse número se deve ao fato de que Riacho da Cruz ainda é um município muito pequeno

territorial e populacionalmente, não dispendo de uma economia diversificada. A renda familiar, não muito elevada no município, é outro fator que influencia na decisão de uma família aderir ou não ao programa, uma vez que ele compromete parte significativa de sua renda.



Figura 02: Residências construídas a partir do PMCMV – financiamento próprio

Fonte: Arquivo pessoal, 14 de maio de 2015.

Segundo entrevista realizada com um dos empreiteiros responsável pela construção das residências, o financiamento pelo PMCMV em Riacho da Cruz compromete 30% da renda dos compradores (sendo necessária a entrada de, no mínimo, R\$ 1.800,00 a R\$ 2.000,00), e alguns interessados já chegaram a desistir de financiar sua casa pelo programa. O terreno onde as casas são construídas tem um valor em torno de R\$ 7.000,00, e as residências estão avaliadas entre R\$ 70.000,00 a R\$ 94.000,00, segundo a mesma fonte.

Contudo, temos também a realização do Programa Minha Casa Minha Vida pelo Programa de Aceleração do Crescimento, o MCMV/PAC2, voltado para os municípios de até 50 mil habitantes. Por meio deste, atualmente estão sendo construídas 40 unidades habitacionais populares (**figura 03**) para as famílias de baixa renda do município em questão, que já foram selecionadas e aguardam a conclusão das obras e a entrega de suas casas.



Figura 03: Unidades Habitacionais do MCMV/PAC2 – Casas Populares

Fonte: Arquivo pessoal, 14 de maio de 2015.

Os condicionantes para a seleção das famílias são deliberados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, onde foram acatados os critérios nacionais de acordo com a lei nº11. 977, de 07 de julho de 2009, e os critérios locais que são: famílias com coabitação; famílias com crianças menores de quinze anos; famílias cujos membros são filhos e/ou residem no município há pelo menos seis anos, tendo-se em vista que, de acordo com a portaria nº610 de 26 de dezembro de 2011, do Ministério das Cidades, não se pode privilegiar cadastros fora dos critérios estabelecidos.

O valor total da obra é de R\$ 1.144.560,00, onde temos R\$ 1.000.000,00 de subvenção federal, R\$ 144.560,00 de contrapartida estadual, sendo o valor por unidade habitacional de R\$ 28.614,00. A construção dessas novas unidades habitacionais está sendo realizada pelo Banco Paulista, a CHB e a SETHAS.

Desde 2011, o PMCMV foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), “sugerindo que a política habitacional tenha passado a responder mais fortemente às estratégias de alavancagem do desenvolvimento do país sendo a habitação o produto entregue desta política de desenvolvimento” (KRAUSE *et al*, 2013, p.08). E é a partir principalmente dessa modalidade que o PMCMV tem dado nova dinâmica no contexto urbano do município de Riacho da Cruz, como verificaremos à frente.

4 O PMCMV na configuração territorial de Riacho da Cruz

Entender a influência do PMCMV na atual e posterior Configuração Territorial de Riacho da Cruz é uma preocupação nossa enquanto geógrafos, pesquisadores, e sujeitos pensantes de muitos dos processos que se dão sobre o espaço. Sendo assim, a geografia busca entender as formas de relações e uso desse espaço, seja por meio da observação ou do estudo mais apurado do espaço, a partir de suas vertentes de categorias de análise.

A pesquisa, desse modo, parte de nossa condição de geógrafos preocupados com os fenômenos presentes em nossa vida cotidiana, muitas vezes não notada ou compreendida pelas demais pessoas. Riacho da Cruz embora seja um município pequeno e jovem, no que tange ao tempo vivenciado de sua autonomia política desde sua emancipação, vem demonstrando vias de crescimento urbano e populacional percebido principalmente pela presença de novas obras públicas e conjuntos habitacionais, sejam eles financiados por instituições financeiras ou pelo setor público.

As novas formas do espaço urbano, aqui trabalhado sob a ótica do conceito de Configuração Territorial de Milton Santos, são facilmente notadas por quem se desloca pelas áreas de expansão da cidade, que outrora faziam parte de uma “natureza” pouco modificada pela ação humana. Certamente para se realizar a construção de habitações, como as financiadas pelo PMCMV, a expansão do urbano para a zona rural acarretou nova lógica na configuração desse território.

Como podemos observar no mapa de tendência de expansão territorial do município (**figura 04**), as áreas-alvo do programa correspondem às áreas periféricas do município, que já vinham sendo utilizadas em outros momentos para a construção de casas populares através de programas governamentais. As áreas circunvizinhas a esses espaços dispõem de infraestrutura básica, que posteriormente será expandida para as novas residências.

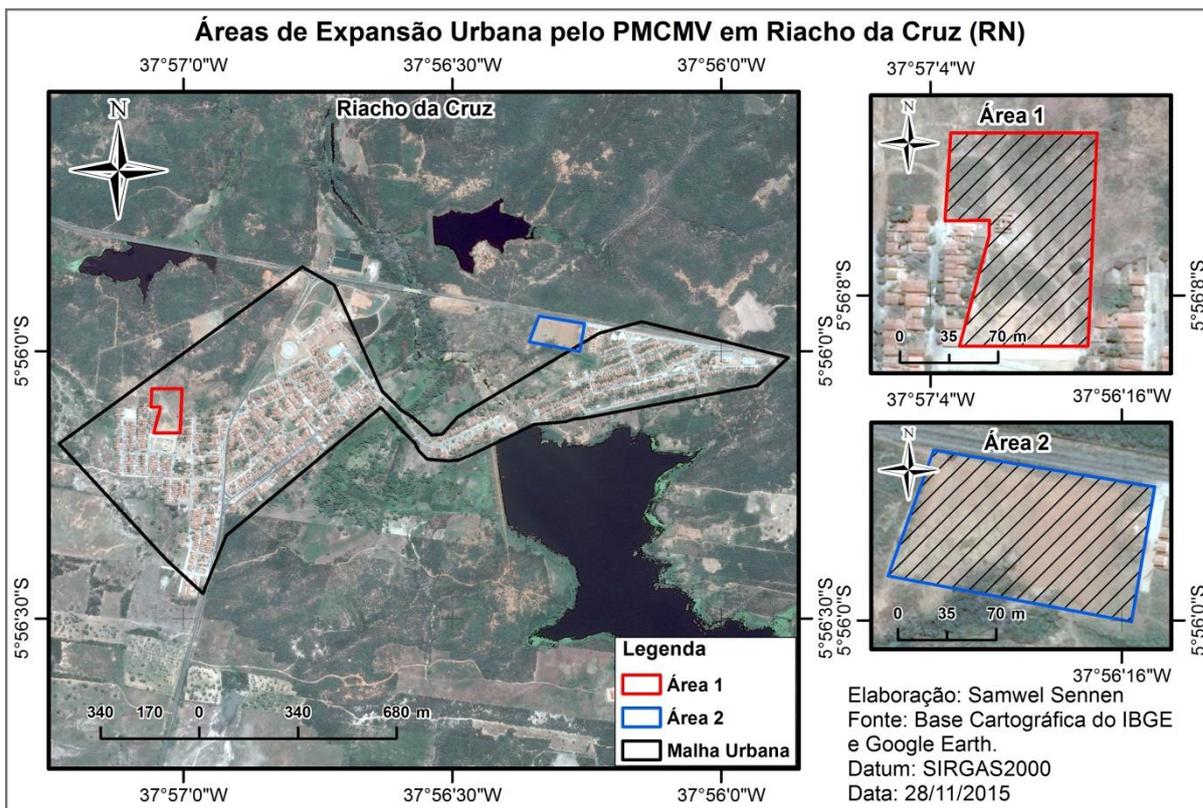


Figura 04: Áreas de expansão urbana pelo PMCMV

A área 1 (A1) no mapa, representa a área onde atualmente estão sendo construídas as residências sob financiamento individual do PMCMV, localizadas mais próximas do centro da cidade e, territorialmente, fazem uma continuação da malha urbana do município. A área 2, (A2) no mapa, está representando o local onde estão sendo construídas as casas populares do PMCMV, e especialmente fazem a continuação do mesmo programa ou de outros programas de provisão habitacional desenvolvido em momentos anteriores.

Para que ambas as áreas fossem utilizadas como espaço das novas unidades habitacionais, foram necessárias algumas modificações em sua paisagem natural, desde a retirada da vegetação à demarcação dos lotes para compra e utilização dos empreendimentos do PMCMV. À medida que tais construções ocorrem, é necessária também a instalação de outros elementos que fazem parte da infraestrutura básica: instalação de redes de esgotos, água encanada, iluminação pública, ruas pavimentadas e etc., que possibilitam o mínimo de conforto e o acesso aos serviços públicos, condições dignas de moradia que são direito do cidadão.

Com o atual modelo de sociedade, as necessidades produzidas são mais fáceis de serem sanadas no espaço urbano, uma vez que este oferece grande parte dos serviços básicos, diferentemente do espaço rural que nem sempre dispõe de infraestrutura básica e, por vezes, é abandonado por suas populações ou tomado pelas empresas de mercado. A partir desse crescimento urbano, as áreas urbanizadas necessitam, conseqüentemente, de investimentos públicos na forma de infraestrutura.

As áreas centrais do município em questão já foram totalmente utilizadas seja por prédios comerciais ou domiciliares, não sendo detectada quase nenhuma gleba (os vazios deixados nas áreas centrais de muitas cidades brasileiras, de alto valor comercial, já que os terrenos das áreas centrais são mais valorizados por dispor de um conjunto de serviços).

Não há pavimentação nas áreas em processo de expansão, já que isso depende da iniciativa da prefeitura local na solicitação de verbas para uso urbano, o que só confirma o pensamento de Krause *et al* (2013), ao considerar o PMCMV um programa responsável apenas pela construção de novas habitações e que não atende às outras demandas associadas às políticas habitacionais.

No caso específico do PMCMV pelo PAC2, àquele responsável pelo fornecimento de casas populares, a alteração dos elementos naturais e a implantação dos objetos artificiais deu-se mais nítida e rapidamente sobre o território do município, uma vez que se trata da construção em massa de novas unidades habitacionais populares. Essas habitações estão localizadas na periferia da cidade, no Bairro Acampamento II, onde outrora já foram construídas habitações por meio do mesmo programa em diferentes momentos. De fato essas habitações de caráter popular estão geograficamente mais afastadas do centro do município, onde se concentram alguns dos serviços públicos mais importantes para a população, como saúde (Hospital-Maternidade Vicente do Rêgo Filho, Posto de Saúde local e a Farmácia Popular local); educação (todas as escolas estão localizadas próximas ao centro do município); e demais atividades financeiras e comerciais mais procurados pela população local (lotérica, correio, e estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte).

As novas unidades habitacionais construídas pelo PMCMV por iniciativa individual, diferentemente das habitações populares providas pelo MCMV/PAC2, estão localizadas em áreas mais privilegiadas e próximas aos serviços citados anteriormente, o que demonstra certa estratificação e segregação socioespacial. Quem tem como pagar pela sua própria casa geralmente dispõe também de maior poder de escolha de melhor localização, onde é possível o uso da cidade e das atividades nela desenvolvidas com menor tempo de deslocamento.

Toda interferência do homem sobre o meio resulta em alterações no espaço, sejam elas de menor ou maior escala. Para que fossem construídas as habitações foi necessário um dano ambiental considerável; o que tende a intensificar-se ainda mais, agora que tal espaço é *locus* das ações humanas, de suas práticas e reproduções. As casas do PMCMV/PAC2, por exemplo, foram construídas próximo ao curso do rio Apodi-Mossoró, em um terreno com certo desnível, que em épocas de chuvas certamente ocasionará o escoamento de parte dos dejetos produzidos pelas obras e, posteriormente, pelas pessoas que ali residirão provocando a contaminação das águas e de algumas espécies aquáticas.

Por lei, as áreas próximas aos leitos de rios são protegidas devendo-se, portanto, preservar o equilíbrio ecológico dessas áreas. Estão inclusas nas Áreas de Preservação Permanente (APPs), que tem a “função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. Exige-se, pelo Código Florestal, certo limite de uso e ocupação das áreas próximas aos leitos de rios.

No caso das faixas mínimas a serem mantidas e preservadas nas margens dos cursos d’água (rio, nascente, vereda, lago ou lagoa), a norma considera não apenas a conservação da vegetação, mas também a característica e a largura do curso d’água, independente da região de localização, em área rural ou urbana. (SCHÄFFER *et al.*, 2011, p.09).

No que condiz aos efeitos sociais, nem todas as famílias do município, inseridas no déficit habitacional, têm acesso ao PMCMV financiado através da CAIXA, pois não dispõem da renda mínima exigida pelo programa, o que gera uma forma de exclusão social e de privação ao direito à propriedade. Percebe-se, ainda, a segregação espacial deixada por esses empreendimentos, que se dá em áreas periféricas, sujeitas à expansão urbana. O espaço urbano

de Riacho da Cruz, lócus de diferentes apropriações territoriais, de interesses, simbologias e poderes socioeconômicos, compreendido através do conceito de Configuração Territorial, reflete essa realidade alterando sua lógica muito próxima dos objetos naturais (considerando sua extensão territorial e sua proximidade ainda muito grande com o mundo rural) e implantando objetos artificiais que se inserem no município na mesma lógica de mercado e de políticas públicas de todos os demais municípios do Brasil. O fator determinante dessa configuração tem sido o capital, que se utiliza do território para se reproduzir ao mesmo tempo em que os integra de acordo com o seu maior ou menor poder de inserção.

Além do mais, o PMCMV, enquanto política habitacional, deve ser gerido por meio de mecanismos e instâncias públicas, considerando-se todas as necessidades, problemáticas e benefícios que permeiam tanto as questões sociais quanto as questões econômicas, territoriais e ambientais dos espaços onde o programa é adotado. Contudo, como o PMCMV é gerido principalmente por meio de um organismo financeiro, a CEF, não se faz um estudo mais amplo das questões mencionadas acima, uma vez que a preocupação principal dessa instituição financeira fica restrita somente aos elementos associados diretamente ao capital e ao fornecimento da casa já concluída. Diante disso, refletimos sobre a influência dessa ação no espaço da cidade e quais os impactos socioespaciais e ambientais resultados dessa intervenção.

Segundo Krause *et al* (2013, p.46), o MCMV “se expressa como uma empresa fordista na produção em grande escala” de “casinhas” e

esse “mapa” do MCMV parece não se contrapor à geografia que explica o processo de urbanização brasileiro, de assentamento dos mais pobres em periferias distantes, com o ônus individual de conseguir os demais meios de reprodução da vida (equipamentos públicos, acessibilidade, oportunidades de trabalho, lazer etc.) (KRAUSE, 2013, p.47).

A Configuração Territorial, aqui compreendida a partir das políticas habitacionais, em especial da ação do PMCMV na provisão da habitação de hoje, deve ser refletida além daquilo que se está disposto fisicamente nos objetos artificiais implantados pelo programa, que fornece a residência, e pela administração local, que disponibiliza a infraestrutura básica das unidades habitacionais; assim como também dos impactos sociais e naturais que esse fenômeno provoca, uma vez que é o programa quem está regendo a expansão urbana e segrega os espaços da cidade conforme a faixa de renda do seu público-alvo. É preciso também considerar o poder que os atores desta política exercem sobre o território, como os bancos e demais empresas que estão por trás das obras; compreender o porquê do poder público estar contribuindo mais para a reprodução do capital do que com a problemática da falta de moradia no país que afeta as classes sociais que dispõem de pouca ou quase nenhuma renda e quais os verdadeiros objetivos envolvidos, uma vez que só pode possuir uma casa quem paga por ela.

5 Considerações finais

Percebemos com esse trabalho que o PMCMV exerce sim um poder sobre a Configuração Territorial de Riacho da Cruz, expressa nas formas de ocupação do seu espaço, na segmentação dos bairros e consequente exclusão social, na instalação de infraestruturas, na estética das residências do próprio programa, já que quem paga mais caro tem acesso as melhores localizações, aos melhores materiais, as mais belas engenharias e aos melhores serviços. Fica evidente a contradição de uma política habitacional que como qualquer política aliada ao capital financeiro especulativo, reproduz as mais diversas formas de desigualdades.

Pode-se questionar, portanto, o caráter social de um programa inserido nas políticas habitacionais que tem entre seus principais objetivos fornecer casas àquelas pessoas que não conseguem financiá-las de uma só vez e por conta própria, se para isso exige-se certa renda mínima, que por si já indica que quem não dispõe dessa renda não pode estar inserido no programa. É certo que as políticas habitacionais variam de acordo com o seu perfil e o público-alvo a qual se destinam (umas condicionam a aquisição de casas populares sem que a família tenha que pagar pela habitação, outras financiam e até mesmo fornecem subsídios para a reforma habitacional). Em Riacho da Cruz, o financiamento da casa própria por meio do PMCMV ainda é feito timidamente, seja devido as questões burocráticas ou mesmo pelas famílias não quererem comprometer o pouco de sua renda, preferindo esperar pelos programas governamentais de doação de casas populares, atualmente realizados também pelo PMCMV/PAC2.

Enquanto isso, o território de Riacho da Cruz vem sendo redesenhado por esse programa, que influencia diretamente em sua configuração. Novas áreas já estão sendo alvo da especulação imobiliária, que reinicia o processo descrito anteriormente. E dessa alteração do espaço, expressa nas suas formas de uso, na remoção da “natureza”, construção de habitações, prédios públicos, praças, e adequação da infraestrutura a essas áreas, Riacho da Cruz vai se reconfigurando territorialmente.

Referências

BARROS, José D’Assunção. As Ciências Sociais e os modelos de cidade. **Arquitetura Revista**. São Leopoldo, v.7, n.1, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinus.br/index.php/arquitetura/article/view/1274>> Acesso em: 11 dez. 2015.

BONDUKI, Nabil. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida. **Teoria e Debate**. Maio/junho 2009. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/TD82-Nacional.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/> Acesso em: 25 nov. 2014.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Cidades e políticas de habitação. In: BAENINGER, Rosana. (Org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Brasília: UNFPA, 2010. p.137-151.

CORREIA, Telma de Barros. A casa e seus significados. In: _____. **A construção do habitat moderno no Brasil**. São Paulo: Rima/Fapesp, 2004. p.47-77.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil. In: _____. Centro de Estatística e Informações. 2. ed. Belo Horizonte, 2005.

GONÇALVES, Teresinha Maria. **Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano**. Ijuí: Unijuí, 2007.

HAESBAERT, R. **Regional global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=241070&search=||infogr%Elficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em: 25 abr. 2014.

KRAUSE, Cleandro; BALBIM, Renato; NETO, Vicente Correia Lima. **Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: onde fica a política habitacional?** (Texto para Discussão,1853): Rio de Janeiro: agosto de 2013. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2693/1/TD_1853.pdf> Acesso em: 28 jul. 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepção sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHÄFFER, Wigold Bertoldo; ROSA, Marcos Reis; AQUINO, Luís Carlos Servulo; MEDEIROS, João de Deus. **Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação e Áreas de Risco: o que uma coisa tem a ver com a outra?** Relatório de Inspeção da área atingida pela tragédia das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro. Brasília: MMA, 2011. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_publicacao/202_publicacao01082011112029.pdf> Acesso em: 02 jul. 2015.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.